

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA
CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

Pregão Eletrônico n. 039/2022

TOP GRASS AGRICOLA LTDA – ME, (“Top Grass” ou “Recorrida”), já devidamente qualificada na presente licitação, vem respeitosamente à presença de V. Sa., apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Administrativo interposto por VIVEIRO CAMPO LINDO COMÉRCIO DE PLANTAS LTDA (“Viveiro Campo Lindo” ou “Recorrente”) contra a declaração de vitória da Recorrida, o que faz com base nas razões de fato e de direito a seguir expostas.

1 TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, de acordo com o Edital de Licitação, o prazo para apresentar contrarrazões é de 3 (três) dias úteis, contados do término do prazo para apresentação das razões recursais, conforme itens 8.1 e 8.5 do Edital.

Assim, o termo inicial para apresentação das presentes contrarracoes foi em 31/07/2024 (quarta-feira), podendo tal resposta ser apresentada até 02/08/2024 (sexta-feira). Tempestiva, portanto, esta peça.

2 SÍNTESE

Em síntese, trata-se de Eletrônico n. 039/2022, realizado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (“**Novacap**”), cujo objeto é o “registro de preços para eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de execução de paisagismo incluindo o fornecimento, plantio e conservação de gramados, árvores, palmeiras e arbustos em todo o Distrito Federal”.

A contratação foi dividida em 10 (dez) lotes, sendo o valor total estimado de R\$ 44.011.486,15 (quarenta e quatro milhões onze mil quatrocentos e oitenta e seis reais e quinze centavos). Conforme tabela abaixo:

LOTE 1	MERCADO GERAL	R\$ 7.051.299,15 (sete milhões e cinquenta e um mil duzentos e noventa e nove reais e quinze centavos)
LOTE 2	ENTIDADES PREFERENCIAIS	R\$ 1.749.815,39 (um milhão setecentos e quarenta e nove mil oitocentos e quinze reais e trinta e nove centavos)
LOTE 3	MERCADO GERAL	R\$ 7.050.648,27 (sete milhões cinquenta mil seiscentos e quarenta e oito reais e vinte e sete centavos)
LOTE 4	ENTIDADES PREFERENCIAIS	R\$ 1.749.662,67 (um milhão setecentos e quarenta e nove mil seiscentos e sessenta e dois reais e sessenta e sete centavos)
LOTE 5	MERCADO GERAL	R\$ 7.053.112,77 (sete milhões cinquenta e três mil cento e doze reais e setenta e sete centavos)
LOTE 6	ENTIDADES PREFERENCIAIS	R\$ 1.750.240,96 (um milhão setecentos e cinquenta mil duzentos e quarenta reais e noventa e seis centavos)
LOTE 7	MERCADO GERAL	R\$ 7.052.352,45 (sete milhões cinquenta e dois mil trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos)
LOTE 8	ENTIDADES PREFERENCIAIS	R\$ 1.750.062,55 (um milhão setecentos e cinquenta mil sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos)
LOTE 9	MERCADO GERAL	R\$ 7.053.872,67 (sete milhões cinquenta e três mil oitocentos e setenta e dois reais e sessenta e sete centavos)
LOTE 10	ENTIDADES PREFERENCIAIS	R\$ 1.750.419,26 (um milhão setecentos e cinquenta mil quatrocentos e dezenove reais e vinte e seis centavos)

Ocorre que, após a tramitação da licitação e a escolha do processo licitatório, a empresa Urbana Ambiental Construção LTDA EPP apresentou Representação ao

Tribunal de Contas do Distrito Federal, visando o reconhecimento de irregularidades na condução do Pregão Eletrônico n. 039/2022.

Após o trâmite da Representação, processo n. 290/2023, o Tribunal de Contas do Distrito Federal proferiu a Decisão n. 1313/2024, entendendo pela parcial procedência dos pedidos, especialmente para determinar que a Equipe Técnica da Licitação avaliasse 'os atestados técnicos, relativos às "árvores/arbustos" e às "palmeiras", de forma conjunta (...)', conforme excerto abaixo:

DECISÃO Nº 1313/2024

O Tribunal, por maioria, acolhendo voto de vista do Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, decidiu: I – tomar conhecimento: a) dos memoriais de sustentação oral apresentados pela empresa WM Paisagismo, Urbanismo e Comércio EIRELI (e-DOC ADA85A55-e) e Urbana Ambiental Construção Ltda. - EPP (e-DOC EA272AAB-e); b) das contrarrazões apresentadas pela empresa Top Grass Agrícola Ltda. (e-DOC 04ADB289-e); c) dos Papéis de Trabalho – PT – DIFLI constantes das peças 123/125 (e-DOCs 5B3398D2-e, E5E947D5-e, 9F9788E2-e, respectivamente); d) da Informação n.º 36/2024 – DIFLI (e-DOC AD0240A9-e); e) das Atas de Registro de Preços n.ºs 52/2023 e 53/2023 – Novacap, celebradas com as empresas WM Paisagismo, Urbanismo e Comércio Ltda. (lotes 1, 3 e 7 do PE 39/2022 – DECOMP/DA) e Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda. (lotes 5 e 9 do PE 39/2022 – DECOMP/DA), respectivamente, cujos extratos foram publicados nos DODFs de 02.10.2023 e 04.10.2023, nesta ordem; II – revogar a medida cautelar constante do item III da Decisão n.º 5.333/2023; III – considerar, no mérito, parcialmente procedente a Representação de e-DOC 4C8DAA7A-e, ofertada pela empresa Urbana Ambiental Construção Ltda. - EPP; IV – determinar à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, com fundamento no art. 248, inciso II, do RI/TCDF, que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) adote as medidas cabíveis para tornar sem efeito as Atas de Registro de Preços n.ºs 52/2023 e 53/2023 – Novacap; b) retome o andamento do pregão eletrônico por srp n.º 39/2022 à fase de julgamento das condições de habilitação, imediatamente posterior à etapa de lances, para todos os lotes do certame (01 a 10), devendo avaliar os atestados técnicos, relativos às "árvores/arbustos" e às "palmeiras", de forma conjunta, e levando em consideração apenas a documentação entregue pelas licitantes quando da abertura do certame, deixando de considerar eventuais documentos entregues após a escoima promovida com esteio no art. 117 do Regulamento de Licitações e Contratos da jurisdicionada; c) encaminhe documentação comprobatória ao Tribunal do atendimento das diligências anteriores; V – autorizar: a) o envio de cópia do voto de vista do Revisor e desta decisão à Novacap e ao pregoeiro responsável pelo certame, bem como às empresas Urbana Ambiental Construção Ltda. - EPP, WM Paisagismo, Urbanismo e Comércio EIRELI, Top Grass Agrícola Ltda., Leão Serviços Gerais de Conservação e Limpeza - ME e Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas

Ltda.; b) o retorno dos autos à Sespe/TCDF, para os devidos fins. Parcialmente vencido o Relator, que manteve o seu voto. O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF. Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro MÁRCIO MICHEL. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e ANDRÉ CLEMENTE. Participaram o Auditor VINÍCIUS FRAGOSO e o representante do MPjTCDF, Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente a Conselheira ANILCÉIA MACHADO. – *Grifos e destaques nossos.*

Diante dessa decisão, a NOVACAP procedeu com o retorno da licitação à fase de condições de habilitação para todos os lotes do certame, oportunidade em que a **Top Grass** foi habilitada por atender as condições técnicas para o **Lote 5**.

Por esse motivo, **Viveiro Campo Lindo** interpôs Recurso Administrativo alegando o seguinte:

- (a) A respeito da decisão do TCDF, a Recorrente alegou que o Tribunal determinou que a NOVACAP anulasse as Atas de Registro de Preços n. 52/2023 e 53/2023 e retomasse o julgamento das condições de habilitação, considerando apenas os documentos apresentados inicialmente, sem inclusão de novos documentos;
- (b) A respeito da insuficiência dos atestados, a **Viveiro Campo Lindo** alegou que os atestados da Recorrida não atingem o quantitativo exigido de 5.492 unidades de árvores, palmeiras e arbustos para o Lote 05, vez que totalizariam somente 877 unidades do exigido;
- (c) A respeito da incompatibilidade dos atestados, a Recorrente alegou que o atestado apresentado pela CGSC, referente ao plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma cerrado, não é compatível com o tipo de arborização urbana (em relação ao porte e demais atividades) tratada no certame;
- (d) A respeito da autenticidade dos atestados, a **Viveiro Campo Lindo** levanta suspeitas sobre a autenticidade das informações atestadas pela

CGSG, pois a empresa foi fundada em 2019, e o atestado emitido em 2020 seria referente a serviços que foram prestados desde 2013.

Contudo, conforme será demonstrado no tópico seguinte, as informações trazidas pela Recorrente não subsistem à realidade fática.

É o que se passa a expor.

3 MÉRITO

3.1. Do atestado de capacidade técnica expedido pela CGSG Participações Empresariais EIRELI

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer – e *refutar* – as questões envolvendo a suposta fraude no Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa CGSG Participações Empresariais EIRELI, referente aos serviços executados na Floresta Nacional de Brasília – Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A de Brasília/DF. Isso porque o esclarecimento a respeito do documento levará à conclusão inafastável de que os seus quantitativos precisam ser considerados para avaliação da qualificação técnica da Recorrida, afastando os argumentos de insuficiência apresentados no recurso.

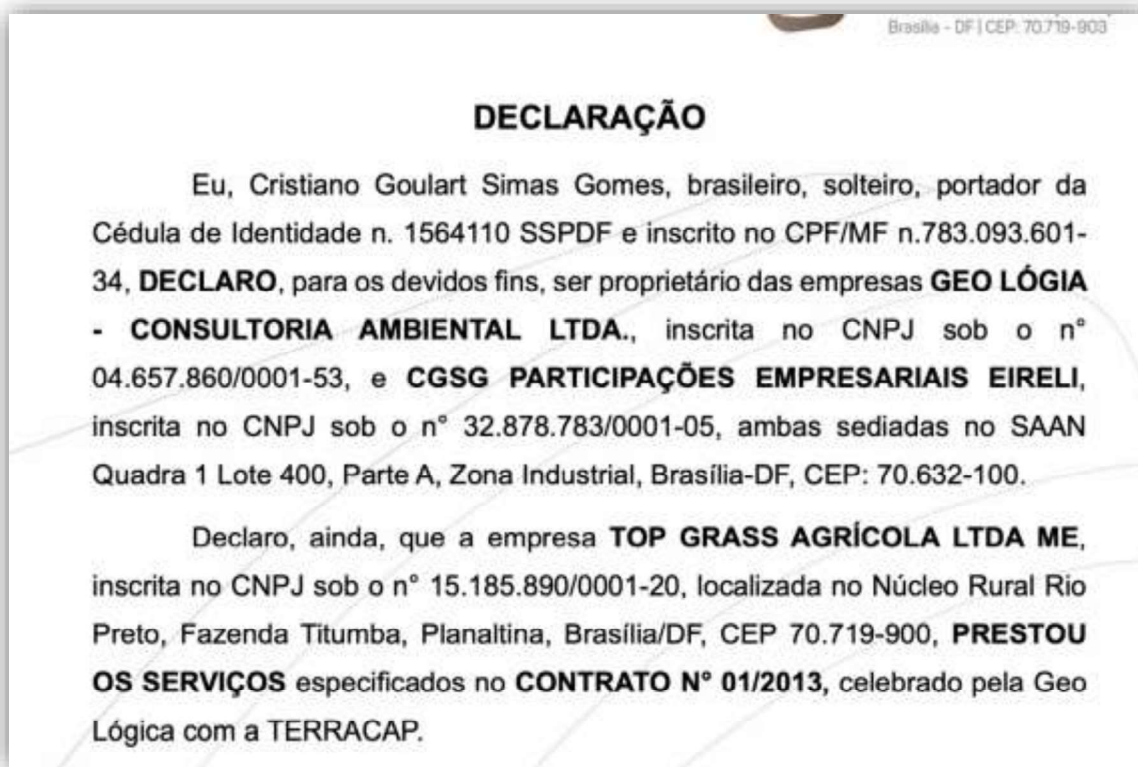
As suspeitas da Recorrente decorrem do fato de a empresa CGSG ter sido criada em 2019, enquanto os serviços foram prestados desde 2013.

A realidade é que houve um mero *erro material* no nome da empresa emissora do atestado, vez que a CGSG¹ e a **GEO LÓGICA – CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.**² – empresa que contratou a **Top Grass** para execução dos serviços – são do

¹ Doc. 01 – QSA CGSG.

² Doc. 02 – QSA Geo Lógica.

mesmo grupo econômico e administradas pelo mesmo sócio administrador, qual seja, o Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes, conforme declaração³ emitida por ele. Veja-se:

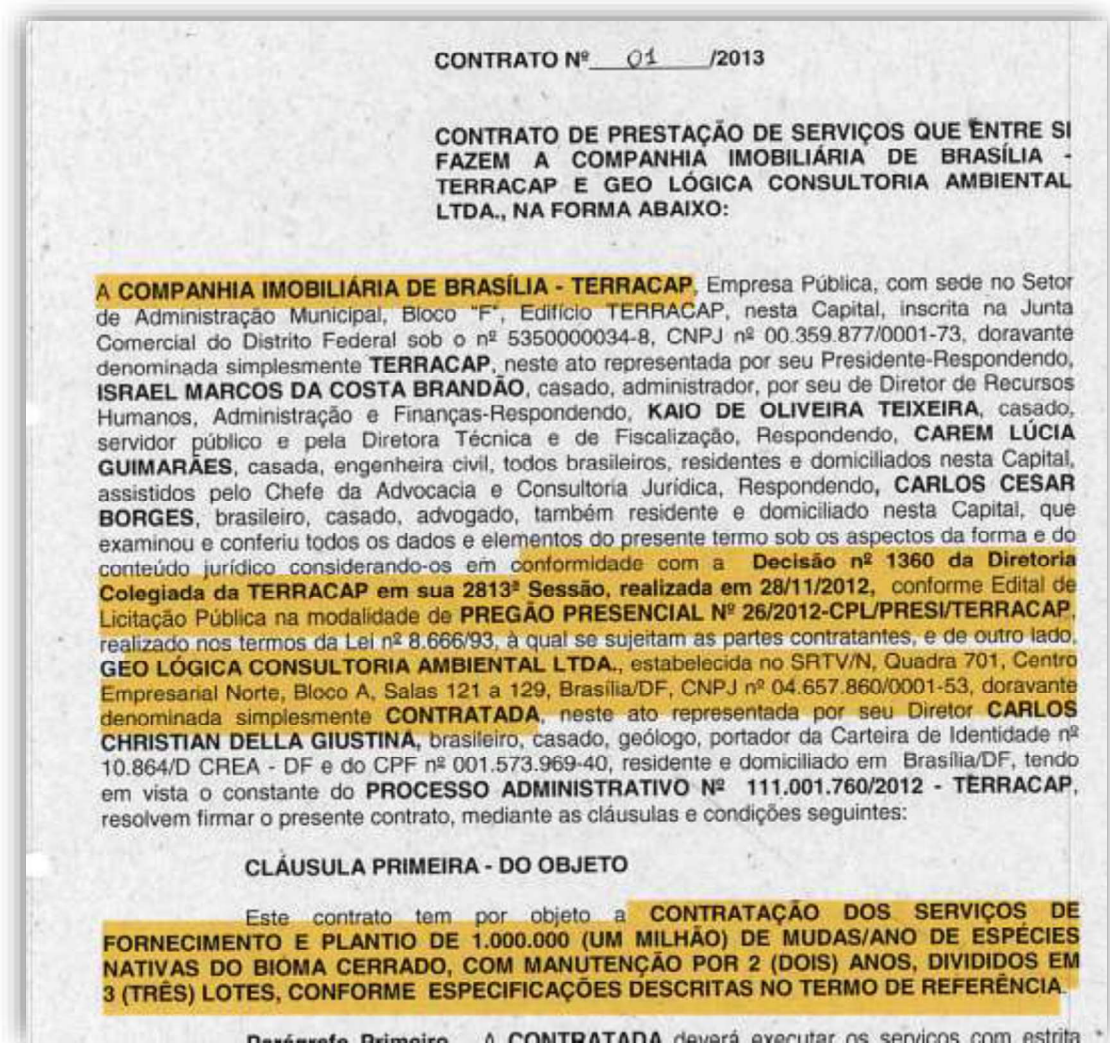


Por erro interno da emissora, o atestado foi emitido em nome da empresa errada. E a Recorrida, por mera desatenção, também não se atentou ao fato, já que recebeu o documento dos mesmos responsáveis pela empresa que foi efetivamente contratada pela Terracap e que a subcontratou para prestar os serviços, a Geo Lógica.

O que é indene de dúvidas, porém – e o próprio recurso administrativo o reconhece – é que o serviço foi prestado. O erro material no atestado não desnatura esse fato que é incontestável.

³ Doc. 03 – Declaração.

Assim, o atestado que comprova os serviços executados pela Recorrida na Floresta Nacional de Brasília – Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A de Brasília/DF deveria ter sido expedido pela empresa **GEO LÓGICA – CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, visto que ela foi a contratada pela TERRACAP no Contrato n. 01/2013⁴. Conforme se vê abaixo:



⁴ Doc. 04 – Contrato n. 01/2013 – TERRACAP e GEO LÓGICA.

Da leitura da Cláusula Primeira, conclui-se que o Atestado emitido erroneamente pela CGSG *possui o objeto compatível com os serviços prestados pela Geo Lógica à TERRACAP*, de modo que não resta dúvidas que a execução do contrato foi feita.

Inclusive, a própria peça recursal comprova que o Contrato n. 01/2013 foi corretamente executado, conforme noticiado no portal da TERRACAP (disponível em: <https://www.terracap.df.gov.br/index.php/noticias/9-noticias/130-terracap-planta-mais-268-mil-mudas>). Ilustra-se:



De mais a mais, seguem anexas ao recurso as fotos⁵ que demonstram que o contrato foi executado pela Top Grass, corroborando ainda mais a autenticidade e validade do atestado emitido.

Assim, a fim de sanar o erro material no atestado apresentado, junta-se à presente resposta ao recurso administrativo a retificação do documento, com o Atestado de Capacidade Técnica⁶ expedido pela **GEO LÓGIA – CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA**, de mesmo teor do anterior, e que confirma a execução, pela Recorrida, do plantio de 400.000 mil mudas de árvores referentes ao Contrato n. 1/2013 da TERRACAP.

A fim de que não reste dúvida sobre a possibilidade de se apresentarem tais documentos nesta fase da disputa, frisa-se que o Tribunal de Contas da União possui entendimento pacífico no sentido de **PERMITIR a inclusão de documento comprobatório de condição pré-existente** que não tenha sido juntado por equívoco ou com erros materiais, *in verbis*:

A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), **não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.** (Acórdão 1211/2021-Plenário | Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES) – *Grifos e destaques nossos*.

Falhas meramente formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação de licitante. (Acórdão 2872/2010-Plenário | Relator: JOSÉ MUCIO MONTEIRO) – *Grifos e destaques nossos*.

A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de preços de licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto. (Acórdão 830/2018-Plenário | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO) – *Grifos e destaques nossos*.

⁵ Doc. 05 – Fotografias.

⁶ Doc. 06 – Atestado de Capacidade Técnica

Inclusive, sobre a necessidade e possibilidade de diligência para corrigir erros materiais em documentos, veja-se a mais recente manifestação do TCU a respeito:

ENUNCIADO

Na falta de documento relativo à fase de habilitação em pregão que consista em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, deve o pregoeiro conceder-lhe prazo razoável para o saneamento da falha, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999.

(Acórdão 988/2022-Plenário, Rel. Min. Antonio Anastasia, julgado em 04/05/2022). – *Grifos e destaques nossos.*

Para além, menciona-se, também, que a Corte de Contas permite até mesmo a juntada de **NOVOS DOCUMENTOS** que atestem condição pré-existente do fornecedor ou do produto/serviço por ele ofertado. Confira-se:

ENUNCIADO

Na falta de documento relativo à fase de habilitação em pregão que consista em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, deve o pregoeiro conceder-lhe prazo razoável para o saneamento da falha, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999.

Acórdão 988/2022-Plenário, Rel. Min. Antonio Anastasia, julgado em 04/05/2022. – *Grifos e destaques nossos.*

A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência.

Acórdão 2443/2021-Plenário - Informativo de Licitações e Contratos nº 424 de 04/11/2021 - Boletim de Jurisprudência nº 376 de 25/10/2021.

Evidente, portanto, que, sanado o erro material do atestado de capacidade técnica apresentado, *não há que se questionar a veracidade do atestado da informação de que a **Top Grass** realizou o plantio de 400.000 mudas de árvores no Contrato n. 1/2013 da TERRACAP.*

Quanto à alegação de inexecução realizada no curso da peça, percebe-se que foi apresentada sem qualquer elaboração ou comprovação técnica, apenas com o

lançamento de um argumento solto. Mas não há qualquer inexecutabilidade, dado que os valores previstos nos atestados remontam há mais de uma década (2013) e refletem as condições comerciais e a parceria mantida entre as empresas por longa data.

Ademais, como os documentos anexados comprovam que o serviço foi executado (a recorrente mesmo é quem fez prova disso ao trazer a informação do site da Terracap), não há nem mesmo qualquer interesse ou competência da entidade licitante para debater a exequibilidade dos preços de contrato firmado com terceiros e que não se tem dúvida ter sido executado. A única exequibilidade que importa na licitação é a da proposta da recorrente, que, sem margem a questionamentos, está dentro dos limites da lei e do edital de licitação.

Por esse motivo, não há que se falar na reforma da decisão que declarou a habilitação da empresa TOP GRASS AGRICOLA LTDA – ME.

3.2 Da aceitabilidade dos atestados de capacidade técnica e da correta interpretação da decisão do TCDF

Seguindo, demonstrada a validade do documento apresentado, tem-se que analisar o atendimento dos quantitativos trazidos no atestado da Recorrida.

Isso porque o primeiro ponto trazido pela Recorrente é de que a Recorrida não teria comprovado, por meio de seus atestados, que atende aos quantitativos mínimos exigidos no Projeto Básico da NOVACAP, os quais, para o Lote 5, seria de 5.492 unidades de árvores + palmeira + arbustos.

Segundo a Recorrente, a Recorrida teria comprovado os seguintes quantitativos:

DOCUMENTOS ENVIADOS ANTERIORMENTE		
ATESTADO	ITEM	QUANTIDADE
JC GONTIJO 30.03.2023	ÁRVORES	360
JC GONTIJO 30.03.2023	PALMEIRAS	417
CGSG 01.10.2022	PALMEIRAS	100
TOTAL DE ÁRVORES+PALMEIRAS+ARBUSTOS		877

No entanto, essa conclusão da decorre, exclusivamente, do fato de a Recorrente não considerar o atestado emitido para comprovar os serviços realizados pela no Contrato n. 01/2013, celebrado entre a Geo Lógica e a Terracap, no qual a Top Grass realizou o plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma cerrado, conforme abaixo especificado:

PLANTIO			
Item	Descrição	Área (hectares)	Nº de mudas
1.1	Mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília – Fioná.	unid.	150.000
1.2	Mudas de árvores do bioma cerrado na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF.	unid	250.000

Descrição das atividades desenvolvidas:			
PLANTIO			
Item	Descrição	Áreas (hectares)	Nº de mudas
1.1	Mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasil * Fioná.	unid.	150.000
1.2	Mudas de árvores do bioma cerrado na Rede Ferroviária Federal S/A, RFFSA, Brasília — DF	unid.	250.000
Atestamos que os serviços acima discriminados foram executados a contento e dentro dos prazos e normas contratuais.			

Nos argumentos da Recorrente, ela alega que houve um equívoco da Ilma. Pregoeira ao entender que tal atestado se enquadraria nos termos da decisão do TCDF, de modo que não poderia ser considerado “‘plantio de palmeira, árvore e arbusto’, uma vez que o item não é compatível com o objeto licitado, em termos de tamanho (porte) e demais atividades relacionadas a arborização urbana.”.

Ora, a própria argumentação da Recorrente é confusa e ilógica, visto que ela argumenta que o TCDF determinou que os atestados técnicos relativos às árvores/arbustos e palmeiras deveriam ser avaliados de forma conjunta; contudo, argumenta que o atestado de execução e plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma cerrado não poderia ser considerado. Veja-se:

A Pregoeira ainda se equivocou ao considerar itens que não estão contemplados na decisão do TCDF, visto o Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa CGSG Participações Empresariais Eirelli, CNPJ 32.878.783/0001-05, referente a execução e plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma cerrado, **não podendo ser considerados** “plantio de palmeira, árvore e arbusto”, uma vez que o item não é compatível com o objeto licitado, em termos de tamanho (porte) e demais atividades relacionado a arborização urbana.

Percebe-se que o Recurso da **Viveiro Campo Lindo** carece de conclusão, especialmente porque o atestado apresentado pela **Top Grass** possui a redação igual ao da decisão do TCDF, de modo que, pelo próprio texto do Recurso, não se vislumbra um motivo para que tal atestado não seja considerado.

Sem delongas, vejamos o excerto da Decisão n. 1313/2024 do TCDF:

(...) IV – determinar à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, com fundamento no art. 248, inciso II, do RI/TCDF, que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) adote as medidas cabíveis para tornar sem efeito as Atas de Registro de Preços n.ºs 52/2023 e 53/2023 – Novacap; b) retome o andamento do pregão eletrônico por srp n.º 39/2022 à fase de julgamento das condições de habilitação, imediatamente posterior à etapa de lances, para todos os lotes do certame (01 a 10), **DEVENDO AVALIAR OS ATESTADOS TÉCNICOS, RELATIVOS ÀS “ÁRVORES/ARBUSTOS” E ÀS “PALMEIRAS”, DE FORMA CONJUNTA**, e levando em consideração apenas a documentação entregue pelas licitantes quando da abertura do certame, deixando de considerar eventuais documentos entregues após a escoima promovida com esteio no art. 117 do Regulamento de Licitações e Contratos da jurisdição; (...) – *Grifos e destaques nossos.*

O *decisum* é claro e expresso ao determinar que os atestados relativos às árvores/arbustos e às palmeiras **DEVEM** ser avaliados **DE FORMA CONJUNTA**, a fim de compor o quantitativo do instrumento convocatório e Projeto Básico.

Dito isso, sabendo que **NÃO RESTA DISCUSSÃO ACERCA DE COMO OS ATESTADOS DEVEM SER AVALIADOS**, é evidente que o Atestado que comprova que a **Top Grass** executou os serviços de plantio de 400.000 mudas de árvore nativa do cerrado, não só atende os quantitativos mínimos, como supera, em muito, o que se exige das licitantes como experiência prévia.

A alegação de que o plantio das mudas de árvore do bioma cerrado não poderia ser considerado similar ao objeto licitado é desprovida de amparo técnico. Com efeito, como se extrai de <<https://www.groasis.com/pt/plantio/informacoes-sobre-mudas-e-semeaduras-de-arvores-e-arbustos#:~:text=Mudas%20s%C3%A3o%20%C3%A1rvores%20jovens.,Propaga%C3>

[%A7%C3%A3o%20vegetativa%20atrav%C3%A9s%20de%20estacas>](#), mudas nada mais são do que “árvores jovens”.

Isso indica que, tecnicamente, o plantio de mudas (árvores jovens) é equiparável ao plantio de árvores; em ambos os casos, o que se tem é a fixação na terra de uma planta desenraizada, que deverá fixar raízes para que possa crescer e vir se tornar uma árvore adulta.

De mais a mais, é mister frisar que a própria Recorrente traz os argumentos que comprovam que o contrato foi executado, haja vista que traz a notícia divulgada pela Terracap, na qual há menção expressa do **PLANTIO de ÁRVORES e MUDAS NATIVAS DO CERRADO**. Vejamos trecho do próprio recurso ora respondido:

Destacamos ainda que o referido plantio ocorreu e foi noticiado no sítio da Terracap, possibilitando a verificação de que realmente o plantio dessas mudas de árvores é completamente divorciado do objeto que está sendo licitado.

<https://www.terracap.df.gov.br/index.php/noticias/9-noticias/130-terracap-planta-mais-268-mil-mudas>

Uma vez mais o recurso é vago, visto que traz a comprovação do serviço prestado, mas alega que tal plantio é “*divorciado do objeto*”, todavia, uma vez mais, sem comprovar essa incompatibilidade entre o serviço prestado pela **Top Grass** e o objetivo licitado.

Por isso, demonstrada a veracidade do atestado, bem como corrigido o erro material constante no documento inicialmente apresentado, e comprovada a


compatibilidade dos itens ali constantes com o objeto licitado, não há que se cogitar a inabilitação da **Top Grass**.

Ante o exposto, percebe-se que a documentação da **Recorrida** atende integralmente ao Edital, de modo que não se faz crível a alegação de sua inabilitação, uma vez que representa **a melhor proposta para a NOVACAP.**

3 CONCLUSÃO

Ante o exposto, pugna-se pelo desprovemento do recurso interposto, mantendo-se a declaração de vitória da recorrida para o Lote 5 na licitação.

Nesses Termos,
Pede Deferimento.
Brasília/DF, 02 de agosto de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS HENRIQUE PIMENTA**
Data: 02/08/2024 16:05:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TOP GRASS AGRICOLA LTDA – ME



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para fins de comprovação de realização de atividade técnica, que a empresa **TOP GRASS AGRÍCOLA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 15.185.890/0001-20, com sede no Núcleo Rural Rio Preto, Fazenda Titumba, Planaltina, Brasília/DF, CEP 70.719-900, por meio do seu responsável técnico o **Engenheiro Agrônomo Carlos Henrique Pimenta, CREA nº 8886/D-GO, PRESTOU à GEO LÓGIA – CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, sediada no SAAN, Quadra 1, Lote 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

Dados da obra ou serviço:

1. Contrato n.º : 12/2013

Objeto do Contrato: Execução e plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília — Fiona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF.

1. **Empresa contratada:** TOP GRASS AGRÍCOLA LTDA ME
CNPJ nº 15.185.890/0001-20.

2. **Responsável Técnico:** Engenheiro Agrônomo Carlos Pimenta, CREA nº 8886/D- GO

3. **Contratante dos serviços:** GEO LÓGIA – CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100.

4. **Empresa proprietária do empreendimento:** Companhia imobiliária de Brasília — Terracap.

5. **Valor do contrato:** R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

6. **Período de execução (início e fim):** 05/01/2013 a 06/01/2020

Endereço da obra ou serviço: Floresta nacional de Brasília — Fiona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília — DF.



Descrição das atividades desenvolvidas:

PLANTIO

Item	Descrição	Áreas (hectares)	Nº de mudas
1.1	Mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasil " Fiona.	unid.	150.000
1.2	Mudas de árvores do bioma cerrado na Rede Ferroviária Federal S/A, RFFSA, Brasília — DF	unid.	250.000

Atestamos que os serviços acima discriminados foram executados a contento e dentro dos prazos e normas contratuais.

Brasília/DF, 20 de janeiro de 2020

Documento assinado digitalmente
gov.br CRISTIANO GOULART SIMAS GOMES
Data: 01/08/2024 16:14:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GEO LÓGIA – CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA
Cristiano Goulart Simas Gomes
Responsável Legal



DECLARAÇÃO

Eu, Cristiano Goulart Simas Gomes, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade n. 1564110 SSPDF e inscrito no CPF/MF n.783.093.601-34, **DECLARO**, para os devidos fins, ser proprietário das empresas **GEO LÓGIA - CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n° 04.657.860/0001-53, e **CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n° 32.878.783/0001-05, ambas sediadas no SAAN Quadra 1 Lote 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100.

Declaro, ainda, que a empresa **TOP GRASS AGRÍCOLA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o n° 15.185.890/0001-20, localizada no Núcleo Rural Rio Preto, Fazenda Titumba, Planaltina, Brasília/DF, CEP 70.719-900, **PRESTOU OS SERVIÇOS** especificados no **CONTRATO N° 01/2013**, celebrado pela Geo Lógica com a TERRACAP.

Os serviços prestados consistiram na execução e plantio de 400.000 (quatrocentas mil) mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta Nacional de Brasília — Fiona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF, sob a supervisão do Engenheiro Agrônomo Carlos Henrique Pimenta, CREA n° 8886/D-GO.

Adicionalmente, informo que o Atestado de Capacidade Técnica relacionado a este serviço foi emitido erroneamente em nome da CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI. Esse erro se deve ao fato de que ambas as empresas mencionadas integrem o mesmo grupo econômico e são representadas por mim.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Brasília-DF, 01 de agosto de 2024



Documento assinado digitalmente
CRISTIANO GOULART SIMAS GOMES
Data: 01/08/2024 16:14:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cristiano Goulart Simas Gomes



LINKS CONTRA RAZÕES E SEUS ANEXOS

Ref.:

Pregão Eletrônico nº 039/2022 – DECOMP/DA.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: Menor Preço - por Lote – Sob o Regime de Empreitada por Preço Unitário.
PROCESSO Nº: 00110.00000948/2021-14
INTERESSADO: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP

LICITANTE: TOP GRASS AGRÍCOLA LTDA
CNPJ: 15.185.890/0001-20
INSCRIÇÃO DISTRITAL: 0760130700108
REPRESENTANTE LEGAL: CARLOS HENRIQUE PIMENTA
CPF: 183.779.038-81

LINK PARA ACESSO CONTRA RAZÕES

https://drive.google.com/file/d/1eGEAg6SkwDXYt7czPHMZvm2mRXvwpmR_/view?usp=sharing

LINKS PARA ACESSOS AOS ANEXOS

https://drive.google.com/file/d/1T1csJnwSf7b7vxvqaFDI_LHcBtKes7ah/view?usp=sharing

<https://drive.google.com/file/d/17UoOiv8XTFkZMlxa4-J2WPOMM6WTjlbn/view?usp=sharing>